

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO NOVA PONTA NEGRA

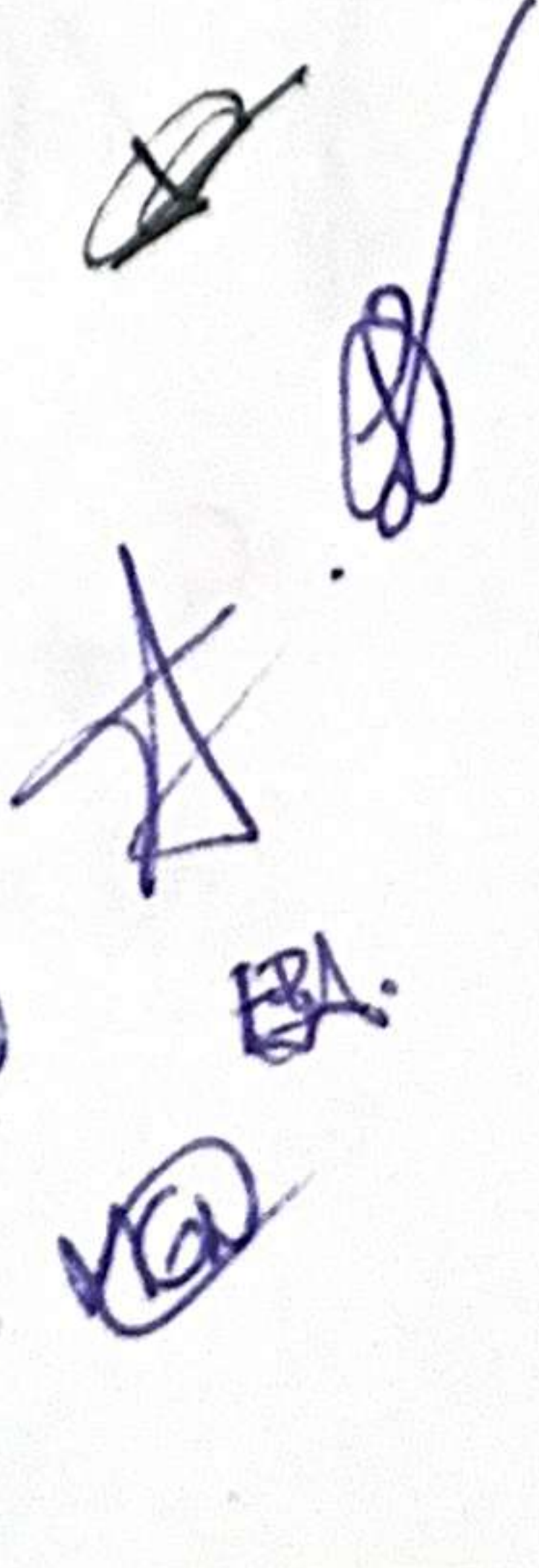

Aos dois dias do mês de junho de 2025, reuniram-se, às 10h00, no Auditório da STTU, os membros do Grupo de Trabalho Nova Ponta Negra, instituído pelo Decreto nº 13.370, de 15 de maio de 2025, visando o acompanhamento e a elaboração do projeto de urbanização e paisagismo da orla de Ponta Negra, após a conclusão da obra de engorda. A reunião foi coordenada pela Secretaria Municipal de Concessões, Parcerias, Empreendedorismo e Inovações (SEPAE), sob a presidência de Arthur Dutra.

Estiveram presentes representantes das Secretarias Municipais designadas pelo Decreto de criação do GT e respectivos membros nomeados pela Portaria 064/2025/GP, bem como convidados de outras pastas e órgãos, totalizando a participação de todas as secretarias e diversos técnicos e assessores.

A pauta incluiu: (i) apresentação dos objetivos e da estrutura do GT; (ii) atualização sobre as obras de engorda e drenagem da praia; (iii) definição de diretrizes e premissas para o projeto de urbanização e paisagismo; (iv) diagnóstico dos desafios atuais, como ordenamento de comerciantes e ambulantes, infraestrutura, acessibilidade e percepção pública; (v) propostas de ações emergenciais de curto prazo; (vi) metodologia de trabalho, com consultas públicas, participação digital e regimento interno; e (vii) definição dos próximos passos e agendamento da próxima reunião.

Inicialmente, Arthur Dutra declarou que o GT, coordenado pela SEPAE, tem prazo de oito meses, contados a partir da publicação do decreto, para entregar o projeto final, com data-limite em 19 de janeiro de 2026, e informou que será realizado concurso de projetos com a possível parceria do IAB. Em seguida, Shirley apresentou o status da obra de engorda, concluída em 25 de janeiro de 2025, e detalhou o avanço da implantação de 17 dissipadores de drenagem, restando apenas a colocação das tampas exigidas pela Defesa Civil Nacional. Relatou também a contratação de especialistas para macrodrenagem e a adoção de videomonitoramento para coibir ligações clandestinas de esgoto.

Foram então estabelecidas as premissas do projeto de urbanização e paisagismo, entre elas a ampliação da caminhabilidade, a maximização de áreas verdes com espécies nativas e frutíferas, o uso de materiais sustentáveis, a garantia de acessibilidade universal, a valorização da identidade cultural local, além da identificação de oportunidades de concessões e parcerias público-privadas para exploração econômica do espaço. Destacou-se ainda a criação de "pontos instagramáveis", áreas de lazer e esporte, e ordenamento de ambulantes e quiosques.





No diagnóstico dos desafios, o Procurador Fernando Benevides e demais participantes evidenciaram a necessidade de regulamentar o comércio ambulante — atualmente composto por 28 quiosques, 108 locadores de mesa e 538 ambulantes cadastrados —, bem como de enfrentar a atuação de grupos ilícitos que prejudicam a manutenção de banheiros públicos e a segurança dos frequentadores. Acessibilidade deficitária, objeto de sentença transitada em julgado em 25 de abril, e a percepção negativa da população diante da fase de testes da obra também foram apontadas como questões prioritárias.

Foram então sugeridas ações emergenciais de curto prazo, como a reforma de banheiros, a instalação de rampas de acessibilidade e a utilização de quadras esportivas existentes, para demonstrar progresso à comunidade antes da conclusão do concurso de projetos. Propôs-se ainda a ocupação de espaços públicos com equipamentos leves, para evitar que a orla permaneça desassistida.

Quanto à metodologia de trabalho, definiu-se a realização de audiências públicas com a comunidade local, o setor turístico e a Câmara Municipal, a começar pela semana seguinte, e a elaboração de um regimento interno pelo PGM, a ser apresentado na próxima reunião. Ficou acertada a criação de um canal de participação digital via WhatsApp e de um drive compartilhado para centralização de informações, no qual todas as secretarias deverão inserir dados, projetos e pendências até o dia 18 de junho de 2025.

Consolidaram-se, assim, as seguintes ações e respectivos responsáveis: a Procuradoria-Geral do Município apresentará minuta de regimento interno na reunião de 18/06/2025; a SEINFRA concluirá a instalação das tampas dos dissipadores e continuará o monitoramento de esgoto; todas as secretarias alimentarão o drive com informações sobre Ponta Negra até 18/06/2025; e o GT elaborará diagnóstico completo da orla, Termo de Referência para o concurso de projetos e organizará as primeiras audiências públicas. Ficou agendada a próxima reunião para 18 de junho de 2025, às 9h00, no Auditório da STTU, com o objetivo de revisar as informações coletadas e definir o cronograma de consultas públicas.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata para registro e encaminhamento aos participantes.

Às 12:00h, o GT considerou encerrados os trabalhos.